

# Por dentro de uma 'clínica secreta' de aborto no WhatsApp

São 0h39 do dia 22 de março. Ana\* está tentando interromper a gravidez. “Comecei o meu procedimento. Não sei se é coisa da minha cabeça, mas estou sentindo calafrios.” Ela está na nona semana de gestação.

[\(BBC Brasil, 06/06/2018 - acesse a íntegra no site de origem\)](#)

Durante as primeiras duas horas, não sente efeito algum e questiona se os remédios que tomou vão funcionar. “Eu estou muito ansiosa para dar certo.”

Após cinco horas de expectativa, começa a sentir dores muito fortes e se desespera. “Não sei mais o que eu faço! Está doendo demais, demais, demais. E não vou aguentar. Acho que eu vou desmaiar!”

O relato é feito em áudio e texto para outras 90 mulheres de diferentes regiões do Brasil que integram um grupo secreto no WhatsApp destinado orientar mulheres que querem interromper a gravidez, e, em último caso, fornecer remédios abortivos e acompanhá-las durante o procedimento.

“Acho que eu nunca senti tanta dor na minha vida!”, relata a jovem, chorando, em áudio enviado ao grupo. Outras mulheres que também interromperam a gravidez com medicamentos tentam tranquilizá-la. “Amiga, calma. Eu senti essa dor ontem. Tem alguém com você?”

“Não tem ninguém comigo. Tem só o meu irmão. Só que ele é pequeno, ele é criança. Não sei mais o que eu faço!”, responde Ana. Várias mulheres começam a se manifestar, tentando ajudá-la. “Esquenta uma bolsa de água quente e coloca na barriga. Logo vai passar a dor.”

Elas passam toda a madrugada trocando mensagens. O desespero de Ana, que dá detalhes das cólicas e do sangramento, continua. Às 7h, a jovem chega a cogitar chamar uma ambulância. “A dor está tão forte quanto antes. Será que eu já posso chamar uma ambulância? É muita dor, dor, dor!”

Fazer isso seria se autoincriminar por prática de aborto. E abrir caminho para que as mulheres que venderam o medicamento fossem denunciadas também. No Brasil, aborto é crime. Só é permitido interromper a gravidez em caso de estupro, risco para a vida da mãe e feto com anencefalia.

“Espera, essa dor vai passar”, diz uma das integrantes do grupo.

A voz adolescente chama a atenção das outras mulheres. “Quantos anos você tem?”, pergunta uma delas. “Tenho 16”, responde a garota. Ela conta que a família não sabe da gravidez. “Minha mãe deve chegar daqui a pouco. A casa está imprestável, principalmente os lençóis. Vou ter que contar para ela.”

Doze horas depois de começar a abortar, a jovem diz que a mãe chegou em casa. “Contei para ela. Ela falou que vai me levar ao médico. Vou apagar essas conversas.” Logo depois, a menina deixa o grupo de WhatsApp.

A BBC Brasil teve acesso às conversas do grupo por cinco meses para uma reportagem em português e em inglês. Uma das administradoras vende os remédios, que são encaminhados pelo correio. As outras se comportam como “guias” do aborto, responsáveis por acompanhar e “instruir” virtualmente – por mensagens, vídeos e áudios – as mulheres durante o procedimento. Elas não têm formação médica. Apostam na experiência e na dica de enfermeiros e médicos que conhecem.

As pílulas, as mesmas usadas como um dos métodos de aborto legal nos hospitais, custam entre R\$ 900 e R\$ 1,5 mil, dependendo da dose para cada estágio da gravidez. Funcionam induzindo contrações do útero para que o feto seja expelido.

Uma “guia” é designada a cada grávida, e elas trocam mensagens diretamente durante o procedimento. As administradoras do grupo orientam que todas procurem um hospital após o aborto para verificar se é preciso fazer curetagem (limpeza do útero) e dão instruções sobre o que elas devem dizer para convencer os profissionais de saúde de que perderam naturalmente o bebê e, assim, evitar serem denunciadas à polícia.

No grupo de WhatsApp, as grávidas recém-chegadas compartilham medos e tiram dúvidas com outras mulheres que já abortaram. Também são comuns

conversas sobre o papel do homem na gestação e criação dos filhos e as leis restritivas ao aborto no Brasil.

Entre os casos que chamaram atenção da reportagem da BBC está o de uma menina de apenas 13 anos grávida do primo e o de uma jovem que diz ter sido vítima de um estupro e que optou pelo aborto clandestino por temer ser humilhada e forçada a dar detalhes da violência que sofreu.

“Eu tô com muito medo (de o aborto não dar certo), muito mesmo, até porque a minha gravidez veio de um estupro, então eu não posso ter esse bebê. Eu tenho medo e vergonha”, relata ela, que é confortada em seguida pelas outras mulheres.

“Meu anjo, se você foi estuprada você está protegida pela lei. Se você for ao hospital e contar o que aconteceu, eles farão o procedimento legal e de graça”, aconselha uma das mulheres. “Mas eu tenho muito medo. Medo e vergonha”, responde a jovem.

Os nomes das mulheres que participam do grupo foram trocados nesta reportagem. Várias podem ser menores de idade e algumas foram vítimas de violência ou estão em situação de vulnerabilidade.

A médica Alessandra Giovanini, coordenadora do núcleo de Aborto Legal do Hospital Pérola Byington, em São Paulo, alerta para os riscos de se fazer aborto sem acompanhamento médico.

“Acho que elas (administradoras do grupo de WhatsApp) têm até a intenção de ajudar. Mas essas pacientes correm o risco de ter uma hemorragia muito grande, correm o risco de ficar com restos ovulares e ter uma infecção que pode até levar à morte.”

### **Abortivos pelo correio**

Para verificar a veracidade das promessas de venda do abortivo, a repórter da BBC News Brasil pagou R\$ 930 via depósito bancário (R\$ 900 pelo medicamento e R\$ 30 do frete) após ser aceita no grupo identificando-se como uma jovem grávida de quatro semanas.

Dois dias úteis depois, o remédio chegou ao endereço indicado à vendedora. Seis pílulas vieram dentro de uma caixa de CD, envoltas em uma pequena embalagem de papel.

O volume de adesões e de abortos feitos por meio desse grupo de WhatsApp impressiona. Cerca de 20 grávidas entram nele a cada mês, pelas contas feitas pela BBC Brasil. Segundo uma das duas administradoras do grupo, cerca de 300 abortos foram realizados em três anos.

Muitas mulheres saem do grupo depois de interromper a gestação. A maioria relata sentir náuseas, fraquezas e dores durante o procedimento, mas destaca o apoio e a atenção recebida das mulheres que administram o grupo. Abortos são realizados diariamente sob a orientação das “guias”. Só no dia 28 de dezembro, pelo menos três gestantes abortaram, conforme as trocas de mensagens observadas pela reportagem.

Para entrar no grupo secreto de WhatsApp, é preciso ser convidada por uma das administradoras. As novatas são recepcionadas por esta mensagem:



Coordenadoras do grupo de WhatsApp encaminham tutorial em vídeo sobre como fazer o procedimento de aborto com medicamento (Foto: Reprodução)

“Olá, seja bem-vinda! Esse é um grupo feminista destinado à venda de

medicamentos. Nosso grupo é um espaço de acolhimento e auxílio, então, por motivos de segurança, pedimos que apaguem o histórico do grupo no mínimo uma vez por semana, podendo haver verificação de cumprimento dessa solicitação.”

E todas as participantes precisam seguir regras, como não “fazer julgamento de cunho machista” e não compartilhar as conversas com pessoas de fora do grupo.

Elas recebem um PDF com instruções detalhadas sobre o procedimento, os contatos para a compra do medicamento e até o telefone de uma clínica clandestina na Grande São Paulo, caso prefiram fazer o aborto com um médico. Também é enviado um tutorial em vídeo.

O procedimento na clínica, conforme repassado pelas administradoras no grupo, custa de R\$ 4,5 mil a R\$ 7,5 mil, a depender do estágio da gravidez. Só a primeira consulta custa R\$ 400, segundo uma gestante que procurou o serviço.

É uma possibilidade distante para a maior parte das mulheres que optam pela clínica virtual. Em várias ocasiões, mulheres relataram dificuldade até mesmo em juntar dinheiro para comprar o medicamento de R\$ 900.

“Estou anunciando várias coisas pessoais para vender e fazendo doces, mas parece impossível levantar tanta grana sem que me faça falta dentro de casa”, comentou Carolina\*. “Me encontro em uma situação financeira terrível e sozinha com dois filhos, uma de apenas dez meses.”

As mulheres que vendem o remédio justificam o custo alto dizendo que correm riscos ao comercializar o produto. O medicamento vendido por elas é proibido de ser comercializado no Brasil desde 2005, justamente por causa do efeito abortivo. O uso é restrito a hospitais.

“Nosso estoque está limitado e não podemos dar desconto. Salvo casos raríssimos. Não existe isso, gente. Isso é um produto ilegal e MUITO difícil de conseguir. O que mais tem por aí é falsificação. Respeitem o nosso trabalho. A gente cumpre com a nossa parte direitinho e sempre”, disse uma das coordenadoras do grupo.



Os medicamentos são vendidos a, no mínimo, R\$ 900. Para quem está em estágio mais avançado da gestação, o preço pode chegar a R\$ 1.500, pela necessidade de mais comprimidos (Foto: Reprodução)

*Nathalia Passarinho*

---

## **Grupo cria app para ajudar mulheres em relacionamentos abusivos**

Uma das integrantes do coletivo, Renata Albertim, conta em entrevista a história por trás da ideia do app, explica por que a faixa etária de 16 a 24 anos é a que mais sofre com violência doméstica e comenta o caso do “BBB”.

[\(O Globo, 20/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

**Por que resolveram criar o aplicativo?**

O “Mete a Colher” é uma rede de apoio que ajuda mulheres a saírem de relacionamentos abusivos e enfrentar a violência doméstica. O projeto foi criado em março de 2016, em Recife, por cinco jovens mulheres. Diante do cenário da violência contra a mulher, decidiram criar um movimento de empoderamento e de combate aos relacionamentos abusivos. O grupo emergiu em pesquisas e desenvolveu uma rede colaborativa de mulheres, onde as vítimas de relacionamentos abusivos têm acesso a atendimentos jurídico e psicológico, além de oportunidade de conversar com outras pessoas que passam por situação semelhante. A iniciativa foi premiada no Startup Weekend Women.



Integrantes do grupo que fundou o aplicativo “Mete a Colher” -  
Divulgação/Flora Lins

### **Como o app vai funcionar?**

Ele é todo baseado em conversas, com uma lógica parecida com Whatsapp e o Facebook Messenger. Apenas mulheres vão fazer parte da rede. Para acessar o aplicativo será necessário o cadastro através do perfil do Facebook das usuárias. Para manter a segurança de todas, além do login via Facebook, haverá também a opção de ter um código PIN para acesso ao app e mensagens criptografadas que se apagam depois de um tempo, deixando

quase impossível o acesso de terceiros às conversas.

Assim que acessar o aplicativo, a usuária pode oferecer ou pedir ajuda. Caso a mulher precise de ajuda, será necessário apenas digitar seu relato ou enviar um áudio. Na central de controle, vamos adicionar tags, especificando o que ela precisa, e o pedido será direcionado para quem pode ajudar.

A usuária que entrar no app para ajudar poderá marcar as categorias em que quer oferecer ajuda: apoio psicológico, ajuda jurídica ou inserção no mercado de trabalho. Nessa última categoria, algumas empresas vão poder se cadastrar também. Todas as ajudas terão a conversa como forma de interação.

A previsão é que entre no ar em julho deste ano, nos formatos IOS e Android. Será gratuito.

**Após os episódios de agressão no “Big Brother Brasil” e a expulsão do participante Marcos, muitas pessoas manifestaram seu apoio a ele nas redes sociais e na porta da delegacia onde foi depor. Como vocês interpretam isso?**

Fica fácil perceber como as punições em caso de relacionamento abusivo estão longe do ideal. Essa é a prova viva de que nada acontece a um homem que agride uma mulher. Ele tem apoio da sociedade, ganha fãs e a vítima continua sendo vista como culpada e recebendo, por consequência, a punição social. Não apenas nesse caso de Marcos, mas também no caso do Goleiro Bruno.

**Pesquisas mostram que as mulheres de 16 a 24 anos são as que mais sofrem com violência do parceiro. Por que essa faixa etária é a mais atingida?**

Geralmente as mulheres dessa idade não sabem o que é relacionamento abusivo, não tiveram muitas experiências prévias para identificar um relacionamento desse tipo. Além disso, nós, mulheres, temos uma educação a aceitar muita coisa para “não perder o parceiro”.

**Que dicas vocês dão para as pessoas reconhecerem um**



## **relacionamento abusivo e poderem evitar que ele avance?**

Sempre que uma mulher se pergunta se ela merece estar passando por aquela situação, geralmente a resposta é: ela não merece. É muito importante escutar aquela voz que está dentro dela dizendo: “Você não precisa passar por isso, você não merece isso”. Outra coisa muito boa é ler sobre o assunto, na internet tem um bocado de informações básicas e diretas sobre relacionamento abusivo que ajudam nessa identificação. Por último, escutar aquela amiga que vem alertar a gente sobre a relação que estamos passando. Quem está de fora geralmente tem uma visão melhor sobre determinadas situações.

**O relacionamento abusivo, que leva à violência doméstica, é muito recorrente ainda hoje. Vocês acham que interromper isso exige essencialmente uma mudança na forma como educamos nossos filhos meninos? E o que mais deve ser feito?**

Educação de homens e mulheres em geral. Homens para não achar que têm domínio sobre a mulher. Mulheres para se empoderarem, saberem que não têm que ser dominadas por ninguém. Para a questão da violência contra a mulher, mudar as relações homem-mulher.

---

## **ONG cria serviço de informação sobre o zika para mulheres, por WhatsApp, no Recife**

*Duas profissionais do grupo Curumim foram capacitadas pelo grupo e ficam responsáveis pelo atendimento. Informações são divididas em blocos distintos.*

**(G1, 21/02/2017 - acesse no site de origem)**

Com a epidemia de zika, que atinge o Brasil desde 2015, mais da metade das brasileiras em idade reprodutiva está tentando evitar a gravidez, como ressalva contra a síndrome congênita relacionada ao vírus. Para divulgar informações e fazer o encaminhamento de mulheres desde a prevenção ao tratamento de filhos de mulheres que tiveram a doença na gravidez, a ONG feminista Curumim criou um serviço de atendimento por telefone e WhatsApp, com informações diversas sobre direitos reprodutivos e sexuais em tempos da moléstia.

Diariamente, duas profissionais, capacitadas pelo grupo, ficam responsáveis pelo atendimento às mulheres que desejam informações. O serviço, feito tanto por telefone quanto por WhatsApp, é dividido em blocos, todos relacionados à prevenção ao vírus ou, caso contraída a doença, procedimentos para diminuir os efeitos na vida cotidiana. O telefone é o (81) 9 8580.7506.

O primeiro bloco de informações é sobre métodos contraceptivos, o segundo sobre os exames e procedimentos a se fazer quando já se está grávida e, o último, sobre benefício e assistência aos bebês de mães que tiveram a doença. Coordenadora do Grupo Curumim, a enfermeira Paula Viana explica que, ao engravidar, a mulher tem uma série de direitos, desde o diagnóstico precoce de possíveis má-formações à interrupção da gravidez, prevista por lei.

“Há complicações relacionadas ao zika que podem fazer mal à saúde da própria mulher e, se ela preferir, pode interromper a gestação. Ela tem direito a exames que, ao contrário do que comumente acontece na rede pública, devem ser entregues desde o início do pré-natal”, explicou a coordenadora.

Ainda segundo Paula, a transmissão sexual do vírus é pouco explorada pelos órgãos de saúde, mas de extrema importância. “A mulher pode até não ter tido a zika via aedes aegypti, mas, ao fazer sexo desprotegido com um homem que contraiu o vírus, pode também ficar doente. Se estiver grávida, pode igualmente transmitir para o bebê”, explicou.

## **Curumim**

O Grupo Curumim é uma ONG feminista com sede no Recife, que desde 1989 atua com foco na formação profissional e empoderamento feminino. A organização trabalha, principalmente, na divulgação de informações e visitas a comunidades do Grande Recife.

---

# **Violência contra a mulher, homofobia e racismo poderão ser denunciados por Whatsapp na Bahia**

*Serão cinco postos fixos do observatório: um na Piedade, um na Praça Castro Alves e um na Casa d'Itália, Barra Center e Largo do Camarão*

**[\(IBahia, 16/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Para evitar os casos de violência contra a mulher, racismo e homofobia, a prefeitura montou um esquema especial para registrar e encaminhar eventuais casos. O Observatório da Discriminação Racial, LGBT e Violência Contra a Mulher funcionará durante todos os dias da folia.

O anúncio foi feito na manhã desta quinta-feira (16), pela prefeitura, durante entrevista coletiva para o anúncio das novidades da folia, no Hotel Sheraton da Bahia, no Campo Grande. De acordo com a secretária municipal da Reparação, Ivete Sacramento, são 120 observadores trabalhando. Desses, 40 terão foco em racismo, 40 em LGBTs e 40 em mulheres.

Serão cinco postos fixos do observatório: um na Piedade, um na Praça Castro Alves e um na Casa d'Itália, Barra Center e Largo do Camarão. Além disso,

um Whatsapp foi disponibilizado para denúncias: (71) 98622-5494.

“Vamos participar do observatório junto a Semur e usaremos esses dados para formulação de políticas públicas para mulheres e para o serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência”, completou a secretária municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude, Taíssa Gama.

Além disso, o Centro de Referência de Atenção à Mulher Loreta Valadares, localizado nos Barris, funcionará em regime especial, 24 horas por dia, durante o Carnaval, com a equipe técnica completa (psicólogos, assistentes sociais e orientação jurídica).

## **Campanhas**

A Semur vai lançar uma campanha de conscientização durante a folia. “Temos uma campanha de conscientização em que todos os blocos e camarotes tem que afixar dois adesivos contra a exploração dos jovens e adolescentes e combate ao racismo”, afirmou a secretária Ivete Sacramento.

Ainda nesta quinta-feira, durante a apresentação, o Ministério do Turismo e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente lançaram uma campanha de sensibilização contra a exploração de crianças e adolescentes no Carnaval.

O ministro do Turismo, Marx Beltrão, que participou da entrevista coletiva, disse que o órgão federal não poderia ter escolhido uma cidade melhor do que Salvador para o lançamento da campanha. “Sei que a prefeitura também vai ser intolerante com qualquer tipo de abuso e é parceira do ministério nessa campanha”, afirmou Beltrão.

## **Outros serviços**

Os outros serviços públicos de apoio ao Carnaval foram anunciados ainda nesta quinta. Para a Saúde, serão 11 módulos assistenciais nos circuitos oficiais. Neles, ficarão 130 leitos – sendo 11 do tipo UTI. Cerca de 1,4 mil profissionais vão trabalhar na folia, incluindo 170 médicos e cinco equipes de cirurgia bucomaxilofacial.

“Ano passado fizemos 6,5 mil atendimentos, sendo 600 cirurgias na rua. Apenas 200 casos foram encaminhados para as UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) e somente 50 para a rede hospitalar”, contou o secretário municipal da Saúde, José Rodrigues.

*Thais Borges*

---

## **Intolerância e machismo no whatsapp: não é tudo que pode ficar barato, por Ana Capozzi, Ana Paula Braga e Marina Ruzzi**

Esta poderia ser só mais uma história sobre uma mulher que foi agredida na internet porque discordou da opinião de um homem. Poderia ser uma história sobre política, sobre discussões acaloradas e sobre como as pessoas se sentem livres para se expressar como bem entendem no mundo virtual. Mas essa é uma história diferente. Não porque a protagonista tenha vivenciado algo distante da realidade de milhares de mulheres, mas porque, desta vez, existiu um final feliz, com o reconhecimento institucional de que o que ela sofreu, foi sim, violência de gênero.

**[\(Instituto DEA, 15/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

Era abril de 2016. Criaram um grupo de whatsapp. Ela foi adicionada. A ideia era marcar um reencontro dos amigos do primário. O encontro seria no mês seguinte.

Nesse meio tempo, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff entra em pauta na Câmara dos Deputados. Nas vésperas de sua votação, no grupo de reencontro dos amigos do colégio, ele envia: “*Se essa fdp cair amanhã (sic)*”

*open bar por minha conta*"/*"Bora começar o esquentar pra amanhã (sic), ver aquela dilma piranha sendo escrachada"*. Alguns deram risada. Ela se incomodou. Educadamente, falou que estava saindo do grupo por não conseguir acompanhar as mensagens e considerar machistas os comentários travestidos de *"piadas"*. E, assim, retirou-se.

Logo após a aprovação do impeachment na Câmara, para sua surpresa, ela recebe mensagens privadas dele, em CapsLock. **"VAI SE FODER SUA MERDA", "FEMINISTA FILHA DA PUTA", "PTISTA DO CARALHO", "QUERO QUE VC SE FODA" e "RIDÍCULA"**.

Não satisfeito, ele tira *prints* dos xingamentos dessa conversa privada e encaminha naquele grupo de reencontro do primário do qual ela não mais fazia parte. Além do *print*, ele manda uma foto dela durante o carnaval, ridicularizando a moça e sua fantasia.

A história poderia ter se encerrado aí, e ela seria apenas mais uma mulher que se sentiu exposta, agredida e invadida, simplesmente por não concordar com o teor de uma conversa machista. Mas, a despeito da sensação de que não vale a pena "brigar", pois, afinal, "essas coisas nunca dão em nada", ela decidiu ingressar na Justiça, no Juizado Especial Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mesmo diante das provas trazidas aos autos por ela, a naturalização desse tipo de comportamento agressivo, aliado com a falsa sensação de impunidade da internet, fez com que ele se sentisse suficientemente seguro para não apresentar qualquer tipo de retratação, ou então realizar qualquer esforço para uma tentativa de acordo. Afinal, para ele, o atual cenário político do Brasil tem provocado discussões calorosas, o que justificaria sua conduta. Sua argumentação se limitou a dizer que, ao participar desse grupo, cujo tema é político, ela estava ciente de que as opiniões são contundentes e a discussão fervorosa. Reconheceu que se deixou levar pelo calor da discussão, e disse que não teve a real intenção de ofender, nem de atingir a honra dela.

Apesar de ter acionado o judiciário e esperar ter seu constrangimento e sofrimento reconhecidos pelo tribunal, ela realmente não esperava que a resposta do juiz responsável por seu caso fosse tão sensível e acertada:

*“com efeito, demonstrou o réu - inclusive porque nem sequer cogitou de uma retratação, nem mesmo durante a audiência - que não sabe conviver com quem tem um pensamento diferente. Não há dúvidas de que ele adotou um comportamento preconceituoso, intolerante e machista”. (...) “Nessa hipótese, considerando que se trata de dois cidadãos de excelentes condições sociais, ambos residentes em região nobre da Capital/SP, mostra-se bastante razoável fixar o valor da indenização em R\$20.000,00, tal como consta da inicial, quantia que se mostra bastante adequada, tanto para desestimular a prática de condutas semelhantes - consigne-se que, nos autos, o réu não demonstrou o mínimo arrependimento -, quanto para reconfortar a autora, vítima de uma saraivada de ataques gratuitos à sua honra e sua à condição de mulher.”*

O ofensor não recorreu devidamente no tempo adequado. Agora a decisão é definitiva. Isso é um verdadeiro estímulo para que as mulheres e demais vítimas de ataques cibernéticos passem a utilizar a via judicial para conter os agressores, dando sinais de que o que acontece na internet está sujeito às mesmas regras do mundo externo.

Ao ser perguntada pelo IDEA a respeito da decisão, ela respondeu *“você tem duas opções: agir e não agir, deixando a coisa morrer. Eu decidi agir e vejo de forma muito positiva. Isso está longe de ser meramente monetário. Tem a ver com saber que de alguma forma estamos amparadas”*.

### **Por que essa decisão foi tão importante?**

Se pegarmos a legislação brasileira, veremos que o Código Civil prevê que aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. E o ato ilícito, por sua vez, gera, para aquele que o causou a obrigação de repará-lo, através do pagamento de uma indenização.

Para além do ilícito civil, xingar alguém, com intuito de ofender sua honra e dignidade, constitui crime de injúria, cuja pena é de detenção de um a seis meses ou multa. Por sua vez, expor uma pessoa diante de uma coletividade, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação, configura crime de difamação, e a pena é de detenção de três meses a um ano e multa.

Apesar de todo mundo saber que esse tipo de conduta é extremamente reprovável, a internet gera uma falsa sensação de impunidade, como se todos os filtros morais e legais deixassem de existir. E isso faz com que potenciais agressores se sintam livres para realizar os mais diversos ataques, sem se preocupar com o peso moral que a sociedade lhes imputaria caso tais ataques fossem cometidos ao vivo.

É claro que existe o direito à liberdade de expressão e livre manifestação do pensamento, consagrados na Constituição Federal. Contudo, a Constituição também garante direito a indenização por dano material, moral ou à imagem e, considera inviolável a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Assim, não pode uma pessoa se valer do direito à manifestação livre do pensamento para violar a honra e a dignidade dos demais.

Mas o que torna a decisão mais bonita, não é simplesmente o fato de vermos a legislação ser aplicada e derrubar a ideia de que os crimes cibernéticos são inatingíveis. A importância deste caso está no reconhecimento de que não se trata de meras ofensas em meio a uma discussão política. Trata-se de *violência de gênero*.

Muito provavelmente esse agressor não teria se dirigido dessa forma a outro participante que tivesse se retirado do grupo, se ele fosse do sexo masculino. Sua dignidade, sexualidade e posicionamento políticos não teriam sido ofendidos - ao menos não dessa maneira tão pessoalmente dirigida, com fins de humilhação. Não foi meramente o fato de que o agressor discordou da opinião política da garota. Foi o fato de que essa opinião pertence a uma *mulher*. E a sociedade patriarcal tem dificuldades profundas de aceitar comportamentos femininos que não sejam de passividade.

Nesse sentido, o magistrado reconhecer que um dos elementos de maior gravidade do caso foi que “*não há dúvidas de que ele adotou um comportamento preconceituoso, intolerante e machista*” (*sic*), é uma grande conquista das mulheres, que passam a encontrar um amparo mais sólido no Judiciário para demais agressões motivadas por discriminação de gênero. É o reconhecimento de que somos atacadas simplesmente por sermos mulheres e que merecemos ser reparadas por isso. É ensinar aos agressores que eles não podem mais nos tratar como bem entenderem, e que se o fizerem, haverá



consequências.

É importante destacar que esse tipo de entendimento não corresponde ao que normalmente é assumido pelos tribunais. Os magistrados têm tido bastante cautela para conceder danos morais, afastando qualquer tipo de situação que no entender deles seja “mero dissabor”. Casos como este, que acontecem na esfera privada das pessoas, costumam receber esse tipo de tratamento. Assim, não apenas é difícil para as vítimas acionarem o poder público para serem reparadas, como também quando o acionam encontram barreiras institucionais e morais bastante rígidas, que dificultam seu acesso à justiça e reparação.

Precisamos adotar cada vez mais essa cultura de denúncia. Casos como esse nos mostram que sim, é possível mudar a mentalidade machista do mundo, nem que para isso precisemos acionar o Judiciário até que todos entendam que a misoginia não será mais aceita. Para que consigamos transformar esta cultura tão milenar de silenciamento feminino, é importante que as mulheres se arrisquem e que busquem reparação pelas vias institucionais, denunciando não apenas as condutas, como também a sua motivação. Com essas atitudes, as quais certamente envolvem um grande nível de coragem, podemos transformar a sociedade, a começar pelo poder judiciário.

---

## **Audiência pública sobre WhatsApp discutirá dispositivos do Marco Civil da Internet**

O prazo para inscrições dos interessados em participar como expositores da [audiência pública](#) sobre bloqueio do aplicativo WhatsApp por decisão judicial foi prorrogado para 1º de fevereiro de 2017. A prorrogação do prazo, que seria encerrado na última sexta-feira (25), se deu porque a audiência,

convocada originalmente pelo ministro Edson Fachin na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 403, abrangerá também a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5527, da relatoria da ministra Rosa Weber.

**[\(STF, 28/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)**

A ADI 5527 tem por objeto dispositivos do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) que têm servido de fundamentação para decisões judiciais que determinam a suspensão dos serviços de troca de mensagens entre usuários da Internet. Diante da relação entre as discussões postas nas duas ações, os relatores concluíram pela ampliação do escopo da audiência pública, a fim de abranger os dois temas.

***Leia mais: [MPF/RJ promove debate sobre direito à comunicação social no Brasil \(MPF, 28/11/2016\)](#)***

Em decisão conjunta, os ministros Edson Fachin e Rosa Weber deliberaram que, em relação à ADPF 403, o prazo fica prorrogado até 1º de fevereiro, mantidas as orientações e critérios já estabelecidos.

No caso da ADI 5527, os interessados devem se manifestar visando à participação na audiência por meio do endereço eletrônico [marcocivilinternet@stf.jus.br](mailto:marcocivilinternet@stf.jus.br) até a mesma data, nos parâmetros fixados no despacho conjunto.

---

**A vítima de estupro coletivo que  
cometeu suicídio após ser**

# humilhada no WhatsApp

Uma indiana de 40 anos cometeu suicídio em janeiro deste ano, logo após um vídeo do estupro coletivo do qual foi vítima ter sido compartilhado pelo WhatsApp. A jornalista da BBC Divya Arya foi ao Estado de Uttar Pradesh, no norte do país, para conhecer a sua história.

[\(BBC Brasil, 14/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Geeta\* era uma mulher valente. Atuava como profissional de saúde pública na zona rural da região onde vivia - um trabalho que exigia caminhar sozinha pelos vilarejos, algumas vezes após o anoitecer, e visitar as casas de estranhos.

Sua renda sustentava toda a família, incluindo o marido, que sofre de alcoolismo. Eles moravam em uma casa de tijolos que não tinha porta ou banheiro, mas Geeta orgulhava-se de ter conseguido dar educação aos três filhos adolescentes - uma menina e dois meninos.

No final de 2015, um morador de uma vila próxima a viu trabalhando no parto da mulher do irmão dele. E começou a persegui-la.

As ameaças tiveram início quando Geeta se recusou a conversar com ele. Khushboo\*, amiga e colega dela, conta que o homem a parou na rua, tomou seu celular e disse: "Se eu encontrar você sozinha, não vou te deixar ir."

Geeta certamente já tinha ouvido os relatos sobre abusos sexuais cometidos nos vilarejos onde ela trabalhava.

Dezoito meses antes, o Estado de Uttar Pradesh virou manchete quando duas garotas foram estupradas e mortas em Badaun.

Ela provavelmente também sabia que, pela cultura patriarcal da região, poderia ser considerada culpada por "convidar" as investidas sexuais de homens - mesmo que fossem não desejadas, intimidativas e violentas.

**Sem ter a quem recorrer**

Na última vez em que foi chamada para trabalhar no vilarejo do homem que a perseguia, Geeta disse a Khushboo estar com medo de ir sozinha. A amiga se ofereceu para fazer a visita com ela - e ficou preocupada ao vê-lo rondando a área.

Khushboo pediu então que Geeta fosse até os anciões da vila e revelasse a eles o problema. Mas, convencida de que qualquer pedido poderia se voltar contra si, ela se recusou. "Só vão encontrar culpa em mim", disse na época.

Dias depois, quando as duas voltaram à vila para vacinar crianças contra a pólio, Geeta contou que algo terrível havia acontecido.

O homem e três amigos tinham lhe seguido - eles a seguraram, rasgaram suas roupas e a estupraram.

Apesar de abalada, relata Khushboo, Geeta não estava a ponto de cometer suicídio. "Eu disse a ela: 'nós estamos todas ao seu lado; não faça nada de drástico'", conta a amiga.

Naquele momento, Geeta realmente não estava planejando morrer - ela pensava, inclusive, em procurar a polícia. "Vou delatá-los. Vou descobrir os nomes dos homens que abusaram de mim e colocá-los na cadeia."

### **Temores confirmados**

Mas antes que isso ocorresse, um vídeo mostrando o estupro começou a circular no WhatsApp.

Dentro de algumas horas, as imagens estavam sendo assistidas por homens e as mulheres da vizinhança - que as comentavam, aos sussurros.

"Ela me ligou", conta Khushboo. "Disse que estava difícil de sair de casa porque os vizinhos estavam sabendo (do estupro)."

"Ela estava preocupada e me perguntou se alguém na minha vizinhança sabia", lembra a amiga.

A intuição de Geeta estava certa: ela acabou sendo considerada, aos olhos do povo local, culpada por ter "atraído" os homens.

“Naqueles últimos dias, ela estava muito triste”, conta Khushboo.

“Não estava nem se alimentando direito. Um dia antes de morrer, me disse que tinha ido ao médico e havia contado tudo a ele.”

A reação do profissional teria sido a seguinte: “Vá para casa e fique quieta. Tudo isso é culpa sua.”

Ela procurou ainda o ex-chefe do vilarejo, que também disse: “A culpa é sua, não há nada que possamos fazer.”

Foi o baque final. Na tarde seguinte, Geeta foi encontrada à beira de uma estrada na periferia da vila.

Espuma saía de sua boca - ela morreu antes que pudesse ser levada ao hospital. A autópsia confirmou as suspeitas de morte por envenenamento.

### **Triste realidade**

O estupro e condenamento público de Geeta não é um incidente isolado.

A Índia tem testemunhado uma série de casos de compartilhamento de vídeos de estupros coletivos, todos filmados com celular.

Em agosto de 2016, o jornal *Times of India* revelou que centenas - talvez milhares - de imagens mostrando abusos sexuais estavam sendo vendidas diariamente em mercados de Uttar Pradesh.

O dono de uma loja afirmou à publicação: “O pornô é passado. Esses crimes da vida real é que estão na moda.”

O jornal ainda ouviu outro vendedor dizer a clientes que eles poderiam até mesmo conhecer a garota das gravações mais “quentes” do momento.

Sunita Krishnan, ativista responsável por uma ONG de combate ao tráfico sexual em Hyderabad, disse recentemente à Suprema Corte do país que havia coletado mais de 90 vídeos de estupros nas redes sociais.

Pavan Duggal, advogado na Suprema Corte, disse à BBC que os juízes ficaram chocados com dois relatórios sobre estupros coletivos cujos vídeos

circularam pelo WhatsApp.

Eles enviaram uma ordem especial ao órgão indiano responsável por investigações para que os suspeitos fossem identificados e levados à Justiça.

A corte também solicitou que o ministro de Tecnologia da Informação examinasse medidas para interromper a circulação desse tipo de vídeo.

“Mulheres são alvo constante”, disse Duggal, “e o fato de os casos não estarem aparecendo na mídia não nos dá motivos para sermos complacentes e acharmos que está tudo bem.”

Em muitos vilarejos, porém, é mais comum que as pessoas se incomodem com o fato de mulheres estarem usando celulares do que com homens que utilizam os aparelhos para intimidar vítimas de estupro e compartilhar vídeos dos crimes na internet.

Como resultado, vários governos locais de Uttar Pradesh proibiram garotas de portar celulares.

“A pressão sobre as mulheres é enorme e, se por um acaso, elas colocarem suas mãos em um telefone ou usarem fones de ouvido para escutar música elas passam a ser taxadas de ‘sem caráter’ (sem moral)”, diz Rehana Adib, uma assistente social que se dedicou a estudar o caso de Geeta.

“Quando a família e a sociedade colocam o peso da honra e do bom caráter sobre os ombros das mulheres, enquanto os homens são absolvidos de qualquer teste de integridade... Como uma mulher que ousa ser forte e independente pode sobreviver?”

## **Prisão**

Após protestos liderados por profissionais de saúde que atuam nas vilas vizinhas, três homens foram presos pelo estupro de Geeta e pela produção e circulação do vídeo.

Mas em seu próprio vilarejo, a revolta com a morte ainda é silenciada pelos questionamentos sobre sua honra.

Mesmo o marido de Geeta, que ficou sabendo do vídeo pelos vizinhos, afirma que sua principal suspeita é de que ela tenha feito algo para encorajar o ataque.

“Se ela tivesse me contado”, diz ele, “nós teríamos perguntado se isso foi feito com seu consentimento. Então teríamos procurado os anciãos da vila para decidir o que deveria ser feito.”

Ele não demonstra qualquer sinal de revolta com o crime - e não fez nenhum pedido de ação policial contra os estupradores.

Procurados pela BBC, o médico da vila e o ex-líder do local negaram ter desencorajado a mulher a procurar a polícia, mas voltaram a culpá-la pelo que aconteceu.

Para outro morador, que pediu para não ter o nome divulgado, a morte de Geeta não requer explicações. “Como ela poderia continuar vivendo com essa humilhação pública?”

O mesmo sentimento é compartilhado por Pradeep Gupta, policial responsável por investigar o caso. “Aparentemente a mulher deve ter sentido a pressão social, e isso a forçou a tirar sua própria vida”, disse. “É algo lamentável.”

Na vila, a noção de o estupro resulta em um fardo de culpa jogado sobre os ombros da vítima continua incontestável. A morte de Geeta foi, para muitos, inevitável.

Para quem ficou, especialmente a filha de Geeta, nada mudou.

“Ainda é muito difícil”, diz ela. “Sempre que saio, alguém aponta para mim e zomba, perguntando: ‘você não sente vergonha do que aconteceu com a sua mãe?’.”

*\*Os nomes “Geeta” e “Khushboo” são fictícios para proteger as identidades das mulheres e de suas famílias.*

---

# Patroa demite mãe solteira porque não podia 'aceitar esse tipo de gente'

*(Correio Braziliense, 28/06/2016) A justificava se estende para os filhos, que poderiam “aprender algo errado”, e o marido, porque não queria “esse tipo de gente” perto dele*

Uma publicação em uma página do Facebook gerou revolta por evidenciar um caso de preconceito. Publicados pelo “Diário de uma mãe solteira”, na última sexta-feira (24/6), prints de uma conversa de WhatsApp denunciam uma patroa que dispensou uma faxineira porque a prestadora de serviço tem filhos e não é casada. De acordo com a empregadora, não seria possível “aceitar esse tipo de gente” na casa dela.

A justificava se estende para os filhos, que poderiam “aprender algo errado”, e o marido, porque não queria “esse tipo de gente” perto dele. Apesar do pedido - até desesperado - da faxineira, a decisão de demiti-la não se altera e a empregadora afirma que o dinheiro devido poderá ser retirado com o porteiro do prédio.

Até a publicação da reportagem, o post tinha cerca de 8,9 mil reações (entre curtidas e emotions de tristeza e raiva), mais de cinco mil compartilhamentos e 1,2 mil comentários, a maioria de indignação.

***Acesse no site de origem: [Patroa demite mãe solteira porque não podia 'aceitar esse tipo de gente' \(Correio Braziliense, 28/06/2016\)](#)***

---



# Mulher receberá R\$ 10 mil de indenização após vazamento de fotos íntimas

**(TJES, 30/06/2015)** Após ter suas fotos íntimas compartilhadas em uma rede social, uma mulher será indenizada em R\$ 10 mil a título de danos morais, com correção monetária e acréscimo de juros. O homem que divulgou as fotos da requerente ainda foi condenado a pagar os honorários advocatícios, além das custas processuais. Na ação, a mulher alega que teve sua honra e a dignidade violadas após a divulgação das suas fotos íntimas na rede social “WhatsApp”, pois se sentiu com a imagem abalada após o vazamento do material compartilhado sem sua autorização.

**Acesse no site de origem:** [Mulher receberá R\\$ 10 mil de indenização após vazamento de fotos íntimas \(TJES, 30/06/2015\)](#)

---

## Inquérito apura ‘lista das vadias’ em São João da Boa Vista

**(O Estado de S. Paulo, 25/06/2015)** A Polícia Civil abriu inquéritos para apurar a autoria de listas contendo nomes de pessoas apontadas como “malas” e mulheres “vadias” ou “rodadas” em São João da Boa Vista, interior de São Paulo. Os rankings considerados ofensivos circulam pelas redes sociais e no aplicativo de mensagens WhatsApp. Até a manhã desta quinta-feira, 25, cinco mulheres incluídas na lista das “vadias” e um homem descrito como chato no ranking dos “malas” registraram boletim de ocorrência por injúria e difamação.

**Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude:** [Inquérito apura ‘lista](#)

*das vadias' em São João da Boa Vista (O Estado de S. Paulo, 25/06/2015)*